

PRÁTICAS DIFERENCIADAS: o lugar da mãe e das crianças entre as famílias burguesas e operárias – França, de meados do século XVIII a meados do século XIX, segundo Jacques Donzelot.

Adelmar Santos de Araújo

Jacques Donzelot (1986) afirma que, a partir de meados do século XVIII, emerge uma farta literatura sobre o tema da “conservação das crianças”. Tais produções têm, inicialmente, a autoria de médicos e, posteriormente de moralistas e políticos da época, entre outros. Todos põem “em questão os costumes educativos de seu século, visando três alvos privilegiados: a prática dos hospícios de menores abandonados, a da criação dos filhos por amas-de-leite, a da educação ‘artificial’ das crianças ricas” (DONZELOT, 1986, p. 15). Esse encadeamento de técnicas engendraria, ao mesmo tempo, o empobrecimento da nação e o enfraquecimento de sua elite.

Em relação aos menores abandonados, é patente a preocupação com o alto índice de mortalidade dos menores recolhidos, pois se alegava custar caro manter os bastardos e perdê-los sem que antes fossem “úteis ao Estado”. Havia inúmeras tarefas nacionais que poderiam ser desempenhadas salvaguardados, tais como: a colonização, a milícia, a marinha. O fato de não possuírem obrigações de vínculos familiares, os tornava aptos ao exercício de tais funções.

Como justificativa do alto índice de mortalidade (cerca de 90%) tem-se a “dificuldade da administração para encontrar-lhes nutrizas, da sua má vontade e incompetência”. Mas, por que as nutrizas? Que mulheres recorriam a tal recurso? Trata-se da constituição de um hábito dominante da população das cidades: de um lado as mulheres de artesãos e comerciantes não tinham tempo para amamentar seus filhos porque estavam ajudando os maridos; de outro, as mulheres nobres e burguesas eram muito ricas para “evitar o fardo da amamentação”. As nutrizas, em sua maioria, eram mulheres pobres camponesas. “As aldeias das redondezas mais próximas das cidades forneciam nutrizas para os ricos, e os pobres tinham que procurá-las mais longe” (p. 16).

Assim, a prática de entregar as crianças às nutrizas, caracterizava abandono disfarçado ou manobras suspeitas. Outro problema era quanto ao pagamento das nutrizas, elas enfrentavam enorme dificuldade em receber pelo seu trabalho. Para compensar tal infortúnio, as nutrizas pobres se arriscavam em cuidar de várias crianças ao mesmo tempo. Isto propiciava uma crescente mortalidade infantil.

Os ricos tinham condição de se beneficiarem da exclusividade de uma nutriz por criança, mas isto não assegurava tratamento diferenciado ou bondoso por que prestava o serviço. Dessa maneira, se justificava a “maldade” das nutrizas e a transmissão de maus hábitos e comportamentos viciosos, via amamentação, aos filhos de pais “honestos e virtuosos” (p. 17). Mas, em que consiste a virtude?

Em relação à educação dos filhos dos ricos, podemos destacar algumas características iniciais:

- a) É confiada a serviçais que utilizam um mistura de opressões e intimidações que são impróprias para garantir o desenvolvimento dessa crianças, exemplo: o hábito de enfaixá-las;
- b) É confiada aos serviçais todas as tarefas de ordem prática, sobretudo em relação ao papel da educação corporal, com exclusividade ao prazer e aos adornos;
- c) O confinamento das adolescentes as torna inaptas para as futuras tarefas da maternidade, reproduzindo, portanto, a necessidade das serviçais. (p. 18)

É interessante notar que a figura do serviçal é produzida por uma necessidade da classe rica, mas, ao mesmo tempo, ela se auto produz e reproduz-se, não só por uma questão de ordem econômica, objetiva, mas também por necessidades subjetivas. Os homens vão para a cidade, enquanto serviçais, para fugir do ingresso nas milícias; nas cidades, os serviçais querem viver acima de seus meios, necessitam aparentar algo mais; casam-se e têm filhos, ainda que as condições materiais os obriguem a abandonar suas crianças aos cuidados do Estado; as mulheres pobres do campo têm duas opções: ou se dedicam exclusivamente à indústria da amamentação, pois não podem mais se casar, ou “resignam-se a vir como serviçais para a cidade”, onde idealizam viver a vida de suas patroas. Mas a preocupação de aparentar vida melhor na cidade não era exclusividade dos serviçais:

os nobres ou os burgueses arrivistas, em vez de permanecerem em suas terras e dirigirem a produção, vêm instalar-se na cidade e, para mostrar suas riquezas não encontram outros meios senão drenar em torno de si os homens que constituíam as forças vivas da produção e que eles atraem com indumentárias ataviadas e títulos estrondosos (p.21)

Contudo, voltando ao início do texto, o que significa conservar as crianças? Como vimos, os serviçais eram seres maléficis, portanto, conservar as crianças passava, na mentalidade dos dominantes da época, significava pôr fim aos malefícios da criadagem. Se por toda parte a nutriz se fazia necessária, a causa do mal era a mesma em toda parte, “se o alvo principal é claramente designado na criadagem, os remédios diferem, justamente, quer se trate dos ricos ou dos pobres.”

O século XVIII representa mudanças de época e de mentalidades na Europa e, as mudanças na ordem do capital, impõem necessariamente mudanças na sociedade e assim por diante. Em meio a tantas mudanças, a imagem da infância também tende a mudar. Trata-se da revalorização das tarefas educativas. Os burgueses tiram seus filhos da influencia negativa dos serviçais, o que significa dizer que esses serviçais estão sob a vigilância dos pais. Além disso, a vida dos pobres passa a ser dirigida, com o mínimo de gasto público, sob a égide da filantropia.

Os médicos contribuíram significativamente com a mudança na educação dos ricos. Segundo Donzelot (1986, p. 22) “entre as últimas décadas do século XVII e o fim do século XIX os médicos elaboraram para as famílias burguesas uma série de livros sobre a criação, a educação e a medicação das crianças.” Mas após Lavoisier desaparece a congruência perfeita entre a doutrina médica e a moral educativa. O médico agora procura a família e, assim, há uma relação entre medicina e família, ou seja, instaura-se o médico de família. O médico ensina à mãe a arte da enfermagem doméstica, o primeiro prescreve, a segunda executa.

Até meados do século XVIII a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres. Simples máquinas de reprodução, estas últimas tinham sua própria medicina que era desprezada pela Faculdade e cuja lembrança foi guardada pela tradição através da expressão “remédio de comadre” [...] Os livros do século XVIII e XIX repetem os mesmos elogios da amamentação materna, prodigalizam os mesmos conselhos sobre a escolha de uma boa nutriz, denunciam incansavelmente a prática do enfaxe dos bebês e dos coletes. Mas abrem também inúmeras frentes menores de luta, sobre a questão dos jogos infantis (exaltação do jogo educativo), sobre as histórias para crianças (críticas das histórias sobre fantasmas e dos traumatismos

que elas provocam), sobre a regularidade da jornada, sobre a criação de um espaço especificamente reservado às crianças, sobre a nova vigilância (a favor de um olhar discreto mas onipresente das mães) [...] Daí a vigilância dos serviços, a transformação da moradia familiar num espaço programado com o objetivo de facilitar as brincadeiras da criança, controlar facilmente seus movimentos. Através dessa medicina doméstica a família burguesa toma, progressivamente, a aparência de uma estufa aquecida contra as influências exteriores (Donzelot, 1986, p.24).

O médico encontra na mãe burguesa um forte aliado de plantão capaz de o obscurantismo da criadagem, cotidianamente. Além disso, a hegemonia da medicina popular das comadres enfraquece. A mulher burguesa ganha um novo poder na esfera doméstica. Todavia, as preocupações das autoridades tinham um pano de fundo maior: “as falhas da educação das crianças na primeira infância, na esfera privada, têm seus equivalentes na esfera pública” (p. 26).

Se para os burgueses havia a profilaxia, para os pobres havia a punição, a vigilância intensiva. Logo se constata que a intervenção nas famílias populares não ocorria via livros e nem sob uma aliança entre medicina e família, como acontecia com os burgueses. Até o final do século XIX o analfabetismo predomina entre as classes populares e a figura do médico familiar era um luxo que as famílias pobres não podiam usufruir. E quanto à conservação das crianças pobres? A “natureza das operações em jogo é totalmente diferente daquelas conduzidas sob a égide da medicina doméstica e produz efeitos praticamente opostos. Não se trata mais de arrancar as crianças à correções inábeis, mas sim de entrar liberdades assumidas” (p. 26). Era preciso se estabelecer vigilâncias diretas.

Entretanto, com essa vigilância veio, por parte do Estado, um certo “cuidado” com os pobres, ou melhor, o Estado buscou formas de assistencialismo médico e financeiro aos setores populares. O salário família nasceu no início do século XIX; Jacques Donzelot explica que isso ocorre no “ponto de confluência entre uma prática assistencial que estende progressivamente o círculo de seus administrados, e uma prática patronal do paternalismo, feliz em se livrar, em plano nacional, de uma gestão cujos embaraços eram iguais aos benefícios que propiciava” (p. 33).

Daí estende-se o controle médico sobre a criação dos filhos de famílias populares. Em 1865, A. Meyer funda em Paris e, posteriormente, em Lion, as primeiras sociedades protetoras da infância “que assumem como objetivo garantir a inspeção médica das crianças colocadas pelos pais em nutrizas, e também aperfeiçoar os sistemas de educação, os métodos de higiene e a vigilância das crianças das classes pobres”.

Jacques Donzelot chama atenção ao fato de que entre as crianças das classes pobres, as mais bem tratadas do ponto de vista médico fossem aquelas que dependiam da assistência pública. A mãe pobre que recebe assistência financeira do Estado cumpre o papel de mãe que de fato é, e também de nutriz aos moldes da “nutriz mandatada pelo Estado”. Dessa maneira, “ela retira a dupla dimensão de sua condição: a remuneração coletiva e a vigilância médico- estatal” (p. 34). Eis a constituição da mãe de família popular.

Pensar a constituição da família popular significava, sobretudo, pensar no restabelecimento do casamento. Houve campanhas para tal fim, mas não se tratava, apenas, de uma questão matrimonial, moral. Tinha a ver com a luta “contra a inflação dos encargos da assistência”. Era uma questão de economia para os órgãos estatais e municipais. Fazia-se necessário ensinar aos homens e mulheres pobres que a constituição da família vai além de uma questão social e/ou moral.

O homem e a mulher do povo quando vivem na desordem, frequentemente não têm eira nem beira. Sentem-se bem somente onde o vício e o crime reinam livremente. Nada economizam; a fome e a doença os separam. Normalmente não possuem nenhuma preocupação com seus filhos e, se entretêm com eles algum vínculo, é para pervertê-los. Ao contrário, desde que um homem e uma mulher do povo unidos ilicitamente se casam, abandonam as casas de cômodos infectas que eram seu único refúgio para constituírem domicílio próprio. Sua primeira preocupação é retirar dos hospícios os filhos que aí colocaram. Esses pais e essas mães casados constituem uma família, isto é, um centro onde os filhos são alimentados, vestidos e protegidos, mandam-nos à escola e os colocam em aprendizados (DONZELOT, 1986, P. 35-36).

Essa citação, além de longa é muito forte, parece estar carregada de preconceito. Entretanto, representa bem o pensamento dominante da época. Era assim que os pobres eram vistos, como um verdadeiro problema. E hoje? De qualquer maneira, não havia consenso na defesa dessas medidas; e, conforme apresenta Donzelot, entre os próprios operários havia descrédito no modo de vida familiar. Qual a razão disso? Pergunta o autor.

A explicação era dada do ponto de vista patronal: as sociedades filantrópicas não encontravam problemas em relação às mulheres, elas estavam mais abertas ao diálogo; já entre os homens, o casamento está associado a aquisição bens. Aqui entra a questão do dote.

A mulher, pelo dote, comprava sua posição social. Quer se casasse, quer entrasse para o convento, qualquer posição reconhecida implicava esse inicial. Uma mulher sem dote permanecia fora do jogo, na dependência doméstica de sua família ou de quem quisesse utilizá-la. Tradicionalmente o dote era fornecido pela família, pelas municipalidades, pelas corporações de ofícios (DONZELOT, 1986, p.38).

O problema é que na medida em que essas instâncias desaparecem ou têm o seu papel diminuído, consequência da drenagem, pela indústria, dos trabalhadores, de ambos os sexos, ocorre grande concentração de mulheres muito pobres para disporem de um dote e, “consequentemente expostas às aventuras”. A substituição desse capital inicial das mulheres, que as possibilitava fornecerem o dote, veio em forma de requalificação do trabalho doméstico. Na verdade, trata-se de um período de mudanças. A família operária, aos poucos, foi sendo enquadrada e obrigada a desempenhar funções, atribuídas a ela, no seio da sociedade capitalista industrial. Quanto à vida privada, as famílias populares passaram por algumas mudanças: regularização dos comportamentos e a introdução de elementos de higiene relativos à criação das crianças. A exemplo da mulher rica, respeitando as devidas diferenças, a mulher pobre também passa a ganhar posição no interior da família, da casa. Ela passa a exigir do marido compromisso com o lar. Do mesmo modo que os livros escritos por médicos a partir da segunda metade do século XVIII orientavam as mães ricas, os livros de Jules Simon repercutem, a partir do segundo Império, com “esta grande descoberta: a mulher, a mulher do lar, a mãe dedicada, é a salvação do homem, o instrumento privilegiado da civilização da classe operária” (DONZELOT, 1986, p. 39).

Contudo, restabelecer a vida de família na classe operária era algo bem mais complexo, como se vê a seguir.

De um lado, encontravam-se as mulheres entregues sem reservas aos processo industrial. Os empregos que elas aí encontram são os menos qualificados, os menos bem pagos [...] De outro lado, encontram-se as mulheres que tentavam salvaguardar sua capacidade contratual pela aquisição de um dote e a preservação da honra, buscando sua integração num ateliê religioso ou num convento industrial [...] a lógica da preparação para a vida familiar deve, portanto, suceder à da preservação para o casamento; desenvolver o ensino doméstico, possibilitar à jovem, à viúva e, ocasionalmente, à esposa, ter acesso direto a um trabalho remunerador, abrir às mulheres carreiras específicas a fim de prepará-las efetivamente para a família, evitar que as operárias caiam na prostituição e, enfim, reduzir a rivalidade entre homens e mulheres; com isso as carreiras sociais das mulheres se inscrevem no prolongamento de suas carreiras domésticas (p. 39-42).

Por fim, é importante destacar que a estratégia de familiarização das camadas populares, na segunda metade do século XIX, tem como foco principal a mulher. A esta é conferida certo número de instrumentos e aliados, tais como: instrução primária, ensino da higiene doméstica, instituição dos jardins operários, repouso do domingo e a habitação social.

REFERÊNCIAS

DONZELOT, Jacques. A conservação das crianças, 2.ed. In: *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.